

DISCUSSÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS E O USUÁRIO

Mayara Machado Leite
Rebeca Sá do Nascimento Carrazzoni
Patrícia Lacerda Carvalho

Resumo

A discussão acerca das políticas públicas arquivísticas no contexto dos usuários de arquivo carece de maiores aprofundamentos teóricos devido à relevância desta temática. Destaca-se a interdisciplinaridade entre a Gestão Pública e a Arquivologia com enfoque nos atores sociais, assim, este artigo possui como objetivo analisar as lacunas para formulação das políticas públicas arquivísticas com foco na visão do usuário. Discorre sobre aspectos referentes à complexidade na elaboração de políticas públicas arquivísticas, identificar a fase de reconhecimento dessas lacunas nas unidades de informação e por fim, descrever as etapas que contextualiza na identificação do reconhecimento do problema até a formação da agenda das políticas públicas de arquivo. No contexto metodológico, a pesquisa é de natureza qualitativa, explicativa e método dedutivo. Conclui-se, deste estudo, que os usuários têm papel essencial desde a busca informacional até o reconhecimento dos problemas nos arquivos. Dessa forma, precisa-se ampliar o interesse do Estado e sociedade diante da revisão e aprimoramento nas políticas públicas nacionais que convergem entre o poder público e o cidadão comum.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Políticas Públicas Arquivísticas. Usuários de arquivo.

THE CONTRIBUTION OF FILE USERS ARCHIVAL PUBLIC POLICIES

Abstract

The discussion about the archival public policies in the context of the archival users needs further theoretical deepening due to the relevance of this theme. We highlight the interdisciplinarity between Public Management and Archivology with a focus on social actors, so this article has as a objective to identify the contribution of archival users to the recognition of the gaps in the formulation of archival public policies. It discusses aspects related to complexity in the elaboration of archival public policies, to analyze the phase of recognition of these gaps in the information units and finally, to describe the steps that contextualize in the identification of the recognition of the problem until the formation of the agenda of public archival policies. In the methodological context, the research is qualitative, bibliographic, explanatory and deductive. It is concluded from this study that the users have an essential role from the informational search to the recognition of the problems in the archives, in this way, it is necessary to broaden the interest of the State and society before the revision and improvement in the national public policies that converge between the power public and the common citizen.

Keywords: Public policy. Archival Public Policies. File Users.

1 INTRODUÇÃO

No contexto da sociedade contemporânea, a necessidade e importância informacional ganham evidência com o passar dos anos. Ao incluir-se a dimensão da informação, isto é percebido a partir dos adventos tecnológicos e interdisciplinares entre as áreas em suas diversas temáticas, o que, conseqüentemente, geram necessidades sociais, culturais, científicas e políticas presentes cada vez mais no cotidiano.

O cenário é marcado pelo desenvolvimento de políticas públicas alicerçadas em distintas áreas do conhecimento, como se destacam nesta pesquisa, as políticas voltadas para o contexto dos arquivos. Tendo como fundamento tais aspectos da Administração Pública em relação à identificação do problema e a formulação da agenda, também se contempla elementos e paradigmas da Arquivologia na perspectiva dos usuários da informação arquivística.

O real problema marcado pelas políticas públicas arquivísticas mostra-se que são incipientes para o contexto de atuação abordado nesta pesquisa e que os usuários são negligenciados diante da contribuição que poderão oferecer para formulação de políticas. Neste sentido, esta ausência pode interferir no desenvolvimento das políticas públicas arquivísticas (PPA's). Assim, precisa-se esclarecer melhor a temática a partir do embasamento teórico e sugerir como poderá ser avançada nas organizações públicas.

Perante esta contextualização política e social, percebendo a omissão dos usuários ativos nos arquivos, analisar as lacunas para formulação das políticas públicas arquivísticas com foco na visão do usuário, sendo assim, tem-se como objetivos específicos: discorrer sobre a complexidade na elaboração de políticas públicas arquivísticas; analisar a fase de reconhecimento dessas lacunas nas unidades de informação e, por fim, descrever as etapas que contextualizam na identificação do reconhecimento do problema até a formação da agenda das políticas públicas de arquivo.

Abordam-se aspectos importantes para a contribuição acadêmico-científica do campo teórico da Gestão Pública, no que diz respeito ao aprofundamento e maior visibilidade no estudo de políticas públicas no Brasil, por ser uma questão de grande valor informativo e social e na configuração de ações governamentais mais decisórias e igualitárias diante das diversas causas que precisam ser implementadas. Para a Arquivologia, este estudo enfatiza maior profundidade no social, pois percebe-se que os órgãos se atentam à criação das diretrizes diante dos aspectos institucionais e das

metodologias nos arquivos, que servem na criação e aplicação da gestão arquivística para ingressar novos olhares em relação aos processos e ações públicas.

A pesquisa demonstra discussões de autores das áreas interdisciplinares aplicando seus conceitos a fim de entender os desdobramentos alcançados diante das políticas públicas arquivísticas, onde a vivência dos arquivos e seus gargalos estão expostos nesta pesquisa.

Logo, do ponto de vista social, poderá servir de caminho para outros debates e aprofundamentos na temática, pois se precisa dar voz e proporcionar o diálogo entre o Estado-sociedade, possibilitando melhorias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo é uma análise da área de estudo baseado nos autores da Gestão Pública e Arquivologia na qual se trata dos aspectos teóricos e fundamentais para esta pesquisa. Assim, estabelece uma compreensão da complexidade desta interdisciplinaridade.

Divide-se em quatro tópicos, que são referentes a gestão da informação para os arquivos, as políticas públicas e, principalmente, essas políticas voltadas às abordagens arquivísticas e à interação necessária para a formulação, a partir dos principais beneficiados: os usuários de arquivo.

2.1 GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS

A necessidade de produção de informação no cotidiano faz parte da essência humana e das organizações sejam públicas ou privadas. A diversificação informacional possibilita novos olhares, descobertas e conhecimentos adquiridos sobre as formas de gerenciamento e, com isso, necessita desenvolver soluções de melhorias diante da problemática da produção exacerbada de informação.

A reavaliação e planejamento devem ser introduzidos nas organizações públicas acerca da gestão informacional. A partir disso, utilizamos das bases teóricas da Arquivologia que define esse conjunto de informação registradas em um suporte como um arquivo. Sendo assim, tem sua definição como os “conjuntos de documentos recebidos e produzidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, caracterizado pela natureza orgânica de acumulação e conservado por essas pessoas ou seus sucessores, para fins de prova ou informação”. (PAES, 2004, p.24)

A relevância deste estudo nada mais é que o reflexo e dilema vivido nas instituições públicas em que as massas documentais acumuladas não têm gestão adequada diante de toda a sua produção, para tal, sabendo que o valor histórico, probatório, científico e institucional é de grande interesse nas áreas públicas.

Neste sentido, Calderon et. al. (2004, p. 102) relata que “o acúmulo documental sem tratamento adequado, a dificuldade de manutenção dos arquivos de processos administrativos, judiciais, a falta ou inadequação de espaço para a guarda de documentos e a falta de pessoal especializado para organizar os papéis gerados” são condições desfavoráveis a qualquer instituição. Implica-se que, diante da contemporaneidade, deve ser reavaliada por bases da gestão documental para transformar e alocar as informações a partir de seus procedimentos técnicos e, assim, constituir um documento arquivístico.

De acordo com a Lei nº 8.159/1991, a gestão documental é um “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”. Entende-se que todo acúmulo de documentos deverá passar pela gestão, pois terá como resultado uma organização seguindo as orientações teóricas arquivísticas.

O cuidado torna-se intensificado quando tratamos da documentação pública, pois existe uma complexidade neste gerenciamento que deve seguir conforme a aplicação das legislações públicas com as práticas da gestão de documentos.

Para Calderon et. al. (2004, p. 103), “o grande desafio da instituição pública será a “gestão total de informação”, que englobe o tratamento do documento desde a sua produção até sua destinação final, garantindo sua integridade e acesso para que a informação esteja disponível para uso”. Além deste desafio apontado nesse segmento, será imprescindível a conscientização dos gestores em relação à necessidade de um gerenciamento por profissionais capacitados e específicos à área de atuação, promovendo dessa forma a interlocução entre as organizações e o Estado.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Na Administração Pública, a evolução acontece como consequência das mudanças políticas que surgem durante os anos. A partir desta análise, observam-se dois modelos de administração com controle e objetivos distintos. Para Bresser-Pereira (1998, p. 29) “enquanto a administração pública burocrática é autorreferente, a administração

pública gerencial é orientada para o cidadão”. Isto significa dizer que, a administração gerencial tem sua ação conduzida diante das necessidades do cidadão e pensar nele de forma direta, implica o aumento considerável do esforço que o Estado deverá exercer na Gestão Pública para assim atendê-los.

Na definição apresentada por Nascimento (2010), “a gestão pública deverá ser pensada e aplicada para atender aos anseios da sociedade, possibilitando mudanças essenciais no desenvolvimento do ser humano nos aspectos sociais, políticos, ambientais, econômicos”. Portanto, a Gestão Pública terá como objetivo promover a eficácia no gerenciamento das decisões públicas no poder público em benefício da sociedade.

Entre as discussões dos autores acima, fica claro que no Brasil a Administração Pública e a Gestão Pública estão relacionadas, já que o gerenciamento das instituições públicas envolve princípios e regras do poder público para executar um processo decisório diante das etapas de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

Os benefícios aplicados no Brasil e na sociedade acerca da Gestão Pública poderá ser visualizada em melhoria da construção na relação entre o cidadão e o Estado, estreitando o diálogo em favorecimento do povo, o pensar na coletividade, maior acesso, transparência das informações e conhecimento em meio ao mau uso dos recursos públicos para, assim, agir positivamente na mudança para o país.

Vale ressaltar que “o surgimento do Estado do Bem-Estar Social veio para reforçar os direitos sociais” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 24). Portanto, atenta-se no envolvimento da administração gerencial ao colocar o cidadão como foco principal para as suas assertivas.

Como relata Matias-Pereira (2008, p.77), “para análise de políticas de gestão pública é essencial levar em consideração o exame do processo de formulação e de implementação de políticas”. Dessa forma, sabe-se que as políticas públicas serão resultadas de uma boa aplicação da Gestão Pública, pois o controle diante da formulação será a partir da interação dos cidadãos para aplicação das ações e atividades realizadas pelo poder público.

Para aprofundar as políticas públicas, uma conceituação da política faz-se necessária, logo, a política pode ser interpretada de diversas formas com base no contexto em que está inserida. Portanto, para fins de pesquisa, a partir do ponto de vista da Gestão Pública, define-se como política “o que faz referência às atividades políticas: o uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder” (RUA, 2012, p.16). Ainda

conforme define Rua (2012), a política consiste no conjunto de procedimentos formalizados ou não que expressam relações hierárquicas e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.

Posto isso, Rodrigues (2010, p. 53) enfatiza que “as políticas públicas são ações de Governo, portanto, são revestidas da autoridade soberana do poder público”. Portanto, refere-se que para execução deverá partir de ações estratégicas, metas e objetivos dispondo das iniciativas governamentais.

Nesse contexto, Souza (2006, p.2) explica que “as políticas públicas não são uma construção de governo, mas sim uma construção coletiva que tem como atores não só o governo, mas a sociedade como um todo”. Desse modo, enfatiza-se que o governo está como intermediário para a implementação dos fatores questionados pelos atores, com o dever de dar voz e formular as políticas públicas visando o benefício de todos.

Em consonância, com base em Souza (2006), as partes são igualmente importantes, sendo composto pelos indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses, sobretudo, implica dizer que a reunião de vários elementos de atuação formaliza o todo, sem deixar de dar a significância necessária às particularidades das ações nas políticas públicas, as quais repercutem na economia e nas sociedades.

Das diversas definições e modelos elencados por Souza (2006) sobre políticas públicas, pode-se extrair e sintetizar seus elementos principais:

- I- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- II- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- III- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras; a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- IV- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo;
- V- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Nestas conceituações acima, analisaram-se as políticas públicas como quesito a ser avaliado a longo e curto prazo. Mesmo que as decisões estejam voltadas para o enfoque privado, ou seja, de interesses particulares a cada setor na sociedade (comércio,

serviços, indústrias e entre outros), a política é de fato um conjunto de operações que envolvem o público.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS

Diante da contextualização das Políticas Públicas, não apenas a perspectiva arquivística, mas os aspectos informacionais devido à ascensão temporal do Estado, governo e sociedade foram observados. Este canal de comunicação entre a Arquivística e Gestão Pública envolve a presença do Estado, pois a interferência é fundamental como resultado de melhorias para o público.

De acordo com Secchi (2012, p. 2), “a proposta das políticas públicas é enfrentar um problema público, favorecendo uma orientação à atividade ou à passividade”. Para tal, precisa-se do envolvimento do ator principal deste processo, o cidadão, diante de seus múltiplos questionamentos.

O conhecimento deste direito e empenho na aplicação para o desenvolvimento das políticas é o caminho inicial que ambas as áreas precisam caminhar, pois as políticas públicas têm como objetivo principal a identificação do problema, a unificação do diálogo, a busca de soluções e responder positivamente à coletividade.

Mediante o viés de Jardim (2006, p. 4), “entende-se por políticas públicas arquivísticas o conjunto de premissas, decisões e ações produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social”. As decisões e ações do Estado inclusivas destas políticas podem envolver aspectos representados na parte administrativa, científica, tecnológica, econômica, jurídica entre outros, pois todas as áreas são relativas às etapas da gestão documental com finalidade da preservação e uso da informação independentemente de seu suporte.

Relata Jardim (2006, p.4) que “as políticas públicas arquivísticas podem ser setoriais (em função das características de produção dos arquivos, tipologia, utilização, demarcação administrativa, etc.) e podem apresentar uma configuração nacional, regional ou local”. A elaboração das políticas públicas deverá ser construída com base na necessidade da organização e, independente que seja por setores, “viabiliza a abertura de novas estradas no sentido de desenvolver áreas e facilitar o canal de comunicação Estado – sociedade”. (GARCEZ, 2010, p. 35)

Entretanto, cabe ressaltar há uma frequente confusão entre a legislação arquivística e a política arquivística. (JARDIM, 2006) No entanto, mesmo que a

legislação exista como decisão política que, geralmente, é tomada em curto prazo, isto não significa que as instituições detentoras de unidades de arquivo estejam cientes e aplicando as normas e legislações arquivísticas.

Dessa forma, as unidades de arquivo devem atender a diversidade informacional em cada instituição, pois “as declarações de políticas arquivísticas emitidas por serviços e instituições apontam para diferentes formas de visualizar os processos, ações e sujeitos da gestão arquivística”. (JARDIM, 2013, p. 36)

As políticas públicas nos arquivos devem pactuar da complexidade diante do reconhecimento do problema até a fase de implementação. Sabe-se que os aspectos de caracterização formalizados nas PPA's também contribuem no campo acadêmico, envolvendo o lado prático e teórico. Diante dessa complexidade no reconhecimento do problema, parte disso é não tornar visíveis as PPA's para um contexto hierárquico atribuído nas políticas públicas, ou seja, “do mesmo modo que as políticas públicas arquivísticas devem ter interseção com outras políticas públicas [...] deverá estar contemplada no seio de uma política arquivística maior, de amplitude institucional”. (OLIVEIRA, 2011, p. 69)

Apoiado em Jardim (2006, p. 2), discute-se que “os novos delineamentos vêm emergindo, entre outros exemplos, a partir de experiências recentes de governo eletrônico, gestão do conhecimento e gestão da inteligência nas administrações públicas, além das pesquisas acadêmicas sobre o tema”. Com base no exposto, são apontados os aspectos sobre as políticas públicas para aprimoramento dos sistemas de informação e eliminação de documentos, mas esse crescimento muitas vezes não envolve pesquisas voltadas aos comportamentos e contribuição dos usuários de arquivo, já que são eles os maiores interessados em melhorias.

Para Jardim (2009), a diversidade a realidade arquivística no Brasil demonstra-se como aspecto peculiar na análise ou gerenciamento de políticas públicas arquivísticas. Assim, deve-se inteirar sobre as políticas públicas não apenas no sentido prático do fazer arquivístico, mas levar a discussão ao ambiente acadêmico, pois também corrobora para um momento de reflexão sobre a realidade da área.

Como também, regionalmente se formalizam a Arquivística nacional com diversas interpretações, no entanto, devemos contextualizar as políticas públicas arquivísticas em âmbitos gerais, que estejam presentes entre as demarcações estaduais e municipais, conseqüentemente, diante da trajetória repercutir o objetivo inicial das

políticas públicas, que é a tomada de decisão estratégica diante das lacunas identificadas no cotidiano arquivístico.

2.4 USUÁRIOS DE ARQUIVO

Em decorrência do contexto apresentado sobre políticas públicas arquivistas, não se pode negligenciar os atores sociais das unidades de informações, especificamente, os usuários de arquivos, sejam eles internos ou externos à instituição no qual reflete a representação pública.

Para Sanz Casado (1994, p.19), o usuário da informação é “[...] *aquel individuo que necessita información para el desarrollo de sus actividade* [...]”. Neste contexto, refere-se aos usuários de arquivos aqueles cuja busca da informação é despertada, principalmente, da necessidade de provar e rever fatores históricos a seu favor. As necessidades dos usuários são apontadas fielmente durante a busca e uso da informação, eles não estão apenas como detector dos problemas, mas principalmente como utilizador das informações.

Define Guinchat e Menou (1994, p. 482) “[...] o usuário é um agente essencial na concepção, avaliação, enriquecimento, adaptação, estímulo e funcionamento de qualquer sistema de informação”. Com ele, a caracterização e desenvolvimento dos arquivos serão mais bem contextualizados e terá sua voz atribuída não apenas as lacunas existentes na natureza do documento, mas no diz respeito ao conjunto organizacional deste segmento.

Com base em Souza (2006), as políticas públicas de arquivo têm o objetivo de garantir o direito constitucional de acesso à informação, de modo que o usuário como prioridade e convocá-los para o debate, exigindo uma mudança de foco. Nesse contexto, torna-se fundamental a percepção dos usuários frequentes e ausentes, garantindo a diversificação que elimine proposições baseadas em necessidades limitadas.

Nos estudos, existem dois tipos de usuários de arquivo que podem contribuir com o reconhecimento das necessidades nas unidades de informações, assim, caracteriza-se como os usuários internos e externos. Como discorre Tarraubella Mirabet (1997, p. 3) “[...] os usuários internos são os produtores do documento, ou seja, o órgão ou instituição que gerou a documentação, e exige do arquivo o cumprimento da totalidade de suas funções básicas”. Referem-se àqueles usuários que possuem vínculo com a organização, seja pública ou privada.

Já os usuários externos são os opostos dos internos, que são os cidadãos comuns utilizadores das unidades informacionais por variados motivos nas quais não estão vinculados às instituições em que comportam os serviços de informações. Pela vivência nos arquivos, têm-se os usuários internos os Arquivistas e Cientistas da Informação, e os usuários externos, como o cidadão comum.

A partir disso, condicionam-se os usuários de arquivo como seres ativos na identificação, conhecimento e reconfiguração das lacunas apresentadas no momento de busca, acesso e necessidade de informação para posterior formulação de políticas públicas que favoreçam o cotidiano nos arquivos.

3 METODOLOGIA

A temática da pesquisa envolve as questões de políticas públicas nacionais, especificamente, relacionada às questões da Administração Pública e Arquivologia. Esta pesquisa embarca em um estudo metodológico por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa, explicativa e método dedutivo.

Na pesquisa qualitativa aborda-se a interação dos usuários de arquivo mediante os serviços públicos, contribuindo para resolução de problemas políticos, técnicos e sociais. Para Prodanov (2013, p. 113), a pesquisa qualitativa é “uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a sua categorização, sua interpretação e a redação do relatório”. Outro fator considerado da pesquisa qualitativa é seu enfoque historicista e social, que recorda a dinamicidade entre o sujeito e objeto de estudo. Com isso, afirma-se que este processo ultrapassa a observação passiva para ser participante.

Ainda sobre os procedimentos técnicos utilizados, destaca-se a pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2008, p. 50), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. É um estudo através de artefatos bibliográficos e publicizados, assim, analisam-se as informações conforme a problemática apresentada e agrupando o referencial teórico que agrega a investigação como um todo.

A pesquisa constitui-se na revisão bibliográfica sobre as políticas públicas arquivísticas e os usuários da informação. Conforme apresenta a interdisciplinaridade entre as áreas e temáticas pesquisadas neste estudo, esta análise trará maior visibilidade às contribuições dos usuários de arquivos diante dos questionamentos e obstáculos

encontrados nos cenários das políticas públicas em arquivos. Vale salientar que a pesquisa corrobora para novos conhecimentos teóricos e técnicos de mudanças e aperfeiçoamento na vivência das unidades de informações em âmbito nacional, portanto, também nos usuários da informação.

Este estudo aborda o ponto de discussão dos objetivos voltados à pesquisa explicativa, em que a explicação ocorre por meio de registro de fatos, da realidade vivenciada, através da análise e conhecimento a partir das causas e consequências. Essa condição é enfatizada pelas experiências como um usuário de arquivo nas duas fases ativas- o cidadão comum e o Arquivista. Conceituando, tem-se que “identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos; aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o porquê das coisas”. (GIL, 2008, p. 28)

Utiliza-se como método de pesquisa dedutivo para este estudo pela construção lógica e racional no que tange a explicação diante da vivência entre as políticas públicas arquivísticas, assim possibilita uma à análise geral desta realidade. Na definição apresentada por Gerhardt e Silveira (2009, p. 26), o método dedutivo “parte-se dos princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis, possibilitando chegar a conclusões de maneira puramente formal, em virtude de sua lógica”.

Com base na pesquisa, a fim de representar o estudo nivelando as abordagens estudadas, elaborou-se um quadro comparativo entre gestão pública e a arquivística sobre as temáticas abordadas para compreender o cenário analisado. Segue abaixo no Quadro 1, o cenário interdisciplinar nesta investigação.

Quadro 1- Comparativo interdisciplinar das temáticas pesquisadas

Cenário de Investigação	
Administração/Gestão Pública	Arquivologia
Política	Órgão Federais (CONARQ/ SINAR/ Arquivo Nacional e SIGA)
Políticas Públicas	Políticas Públicas Arquivísticas
Estado, governo e sociedade	Usuários de Arquivo

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Neste cenário de investigação apresentado, afirma-se que o contexto interdisciplinar está em conformidade com as discussões do escopo da pesquisa. Porém, trata-se, nesta pesquisa, diretamente com as questões da Arquivologia mediante a Gestão Pública. Destarte, será feita uma breve discussão sobre as implicações dos usuários de arquivo em sua compreensão e influência nas políticas públicas arquivísticas.

4 ANÁLISE DAS DISCUSSÕES

4.1 A COMPLEXIDADE NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS

Estar inteirado e contribuir para uma ação política requer muita cautela e persistência, pois sabe-se que as discussões acerca de agir com interações e decisões coletivas será um dos pontos principais da elaboração.

Contudo, aprofunda-se a discussão nos âmbitos científicos, políticos e operacionais a fim de reconhecer e ampliar as possibilidades diante da complexidade das PPA's para, assim, “nutrirmos qualitativamente os processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas”. (JARDIM, 2009, p. 49)

Ciente de que o objetivo das políticas públicas é agir em benefício da coletividade, em relação às políticas arquivísticas, corresponde a aplicação desta definição em um núcleo específico dos arquivos. Segue abaixo as ações realizadas para criar as políticas públicas.

Figura 1-Etapas para a caracterização da política pública



Fonte: IPEA (2018)

Na figura 1 acima, definem-se as etapas realizadas para caracterização das políticas públicas. O ápice desta ação será identificar as necessidades e analisar os problemas em sentido real e prático, que para tal identificação é necessário o acompanhamento científico sobre as construções. Para caracterizar a política pública, não necessariamente deverá ser despertada em uma sequência lógica de etapas como mostra a figura, mas, no modo de representar um questionamento em si.

Isso se confirma nas palavras de Jardim (2009, p. 5), nas quais “uma política pública é necessariamente um processo dinâmico sujeito a alterações diversas. Por isso, a importância da sua avaliação por distintos atores, de forma a favorecer as inevitáveis modificações que sofre ao longo do tempo”.

Do ponto de vista científico, precisa-se de profissionais, órgãos/instituições, cidadão comum e discussões na literatura sobre a área oferecendo a devida relevância

destas ações. Isto implica que as mudanças de paradigmas sociais e ideológicas nos arquivos surgirão, o que de fato, posteriormente, irá causar modificações científicas, já que respondemos como sujeito ativo na sociedade. “No entanto, a pesquisa científica pode inserir novos elementos na esfera pública e influenciar a qualidade do debate e, muito provavelmente, as ações e atores políticos envolvidos numa dada política”. (JARDIM, 2009, p. 4)

Na perspectiva política, os eixos centrais são o Estado, os órgãos arquivísticos e agentes públicos. O Estado interfere no sentido econômico e social no princípio do bem comum e da eficiência em suas ações, porém, deve-se estar atento às mudanças que ocorrem na sociedade informacional, pois podem certificar de desafios que dificultam ainda mais a formulação e implementação das agendas públicas. Sendo assim, a “política pública não é apenas uma ação governamental e que ela não pode ser reduzida a dimensão legal”. (SOUSA, 2006, p. 2)

Segundo o Decreto nº4.073/2002, o CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos) tem por objetivo “formular a política nacional de arquivos públicos e privados, e exercer a função de orientação normativa [...]”, assim, atribui-se aos órgãos arquivísticos contribuir na formulação, oferecendo diálogos, orientações, receber questionamentos dos agentes estatais e responder as decisões no campo de conhecimento arquivístico; e os agentes públicos são ligados aos órgãos nos quais respondem e formulam a agenda.

Além do campo político, mas na perspectiva técnico e operacional, tem-se os atores sociais, os usuários de arquivo em suas tipificações, em que condiz a criar melhores condições nos arquivos, com metodologias facilitadas, seguindo os princípios e correntes teóricas da área. Nestas perspectivas, objetiva-se “que as políticas formulem e implementem ações participativas, envolvendo governo e sociedade, viabilizando a divulgação do conhecimento científico e cultural; diminuindo as desigualdades dos recursos informacionais; conscientizando e sensibilizando os usuários” (BARBOSA, et. al., 2015, p. 95). Este sentido prático arquivístico, dar-se-á pela contribuição dos serviços nos arquivos. A partir disso, segue-se a linha hierárquica para continuidade das formulações.

De toda forma, as PPA’s “implicam negociação e acordos entre os agentes e as instituições envolvidas no desenho da política”. (IPEA, 2018, p. 72) É importante elencar que, ao tratar de políticas públicas arquivísticas parte-se das negociações de ações verificadas, além de identificação e formulação das agendas, o diálogo será necessário

para agir em comum acordo, o que será mais um desafio para constituir as políticas públicas.

A partir do caminhar teórico utilizado neste tópico, diante da complexidade das políticas públicas, visualiza-se que as características e condições desta elaboração parte-se de respeitar as hierarquias, dialogar no sentido político, científico e técnico, refletir sobre as ações sugeridas diante da coletividade, criação de políticas em longo prazo e identificação das causas e consequências respeitando o ciclo de políticas públicas.

4.2 ETAPAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO NA IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA ATÉ A FORMAÇÃO DA AGENDA DAS PPA'S

Para elaboração das políticas públicas arquivísticas, a necessidade de profissionais e organizações especializadas na área não deve ser anulada, pois há uma grande complexidade diante da construção até a avaliação das políticas. Além disso, “requer um conhecimento extensivo da realidade sobre a qual o Estado pretende agir em relação aos arquivos”. (JARDIM, 2009, p. 14)

Compreendendo que o “objetivo principal de qualquer ação pública é atender de maneira efetiva a demanda envolvida no problema identificado, aplicando eficientemente os recursos disponíveis, minimizando os custos envolvidos, e maximizando os resultados ou benefícios sociais” (IPEA, 2018, p. 73). A sociedade precisa estar ciente de seus direitos quanto à elaboração das políticas públicas, pois somos nós os responsáveis e contribuintes por esta identificação das lacunas, logo, poderá seguir com alguns passos que deverão ser dialogados até a formulação da agenda.

Sabendo que o caminhar até o momento de identificação e formulação da agenda perpassa muitos diálogos, deve-se ressaltar a existência do órgão responsável pela formulação das PPA's, o CONARQ. Tendo em vista os estudos e discussões sobre os temas em debates nas reuniões deste conselho arquivístico, segue a ênfase dos assuntos pontuados na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1- Referência de temas discutidos pelo CONARQ sobre arquivística (1994 - 2006)

CATEGORIAS	FREQÜÊNCIA	%
<i>Normas Técnicas Arquivísticas aprovadas pelo CONARQ</i>	102	38
<i>Legislação Arquivística Brasileira</i>	59	22
<i>CONARQ</i>	42	15
<i>Arquivos Municipais</i>	12	4
<i>Formação e Capacitação de recursos humanos</i>	11	4
<i>Arquivos Federais</i>	8	3
<i>Denúncias contra o patrimônio arquivístico</i>	8	3
<i>Relações com outros organismos públicos na área de documentação e patrimônio</i>	8	3
<i>Arquivos Estaduais</i>	5	2
<i>Documentos Eletrônicos</i>	6	2
<i>Tecnologia da Informação aplicada aos arquivos</i>	2	1
<i>Política Nacional de Arquivos</i>	3	1
<i>Arquivos Privados</i>	3	1
<i>Relações Internacionais</i>	3	1
<i>Sistema Nacional de Arquivos</i>	1	0

Fonte: Jardim (2009).

Como exposto na Tabela 1 acima, Jardim (2009) verifica que os debates sobre as discussões das Políticas Nacionais de Arquivos possuem uma frequência ínfima em relação às normas e legislações. O tema em questão está com pouco destaque na discussão, portanto observa-se uma ausência de debate e interesse dos órgãos diante da formulação das PPA's.

A relevância desses órgãos é possibilitar voz à necessidade da sociedade diante da construção, implementação e acompanhamento das políticas nacionais de arquivos. Nestes, estão inseridos os representantes das áreas para tomar as melhores decisões para a coletividade, porém há uma ocultação do envolvimento que deve ser gerido pela administração pública. “Se não é simples formular políticas públicas quando o conjunto de protagonistas demonstra clareza conceitual a respeito, essa tarefa é ainda mais complexa quando o conhecimento a respeito parece insuficiente”. (JARDIM, 2009, p. 13)

O órgão representante não está tomando as devidas providências em relação às PPA's, tendo em vista o respaldo científico de dez anos atrás, questiona: será que hoje a ausência dessas políticas públicas arquivísticas ocorre na mesma frequência de debates? Pois quando há impedimentos da formulação das PPA's, isto significa que, a falta de ação do Estado interfere diretamente no desenvolvimento da área, por isso, é fundamental que devem-se fundamentar essas necessidades com bases sociais aplicadas na importância da memória pessoal e social. “O grupo de trabalho pode convidar alguns dos atores para defenderem os seus interesses ou apresentarem suas preferências (ou não)”. (RUA, 2012, p.17)

Devido a esse caminhar decisório até a formulação da agenda, destacam-se algumas condições desfavoráveis que muitas vezes nos servem como lições para agir com as políticas públicas, relata-se que temos a ausência de intervenções, a carência de recursos humanos, de assessoramento técnico e a opacidade do Estado com relação à posição hierárquica dos arquivos.

No geral, alguns “atores sociais, que possuem interesse em determinada questão, fazem manifestações públicas; alguns parlamentares no Congresso recebem os representantes desses atores em seus gabinetes, discutem suas reivindicações”. (RUA, 2012, p. 17) De qualquer forma, necessita da comunicação e expressão entre os responsáveis diante do reconhecimento das lacunas nos arquivos, sejam por manifestações ou mediado pelas instituições responsáveis, até os que irão gerenciando o processo do ciclo das políticas públicas.

Entende-se o pouco envolvimento das instituições, assim, retomam-se os questionamentos de identificação do problema, pois percebe-se, no sentido prático, que o passo a passo estratégico é iniciado pelos usuários de arquivos, aqueles que identificam as lacunas dentro das unidades de informações no momento de busca e uso da informação. Os **“agentes representantes dos diversos tipos de usuários dos arquivos, bem como dos arquivos privados, de instituições de ensino e pesquisa e de organizações profissionais arquivísticas deveriam ter assegurada a sua participação no CONARQ de forma menos desigual”**. (JARDIM, 2009, p. 14, grifo nosso)

Perante a necessidade de participação ativa, as dificuldades encontradas da formalização deveriam ser repassadas ao responsável do Arquivo na qual se insere também a instituição vinculada e, com isso, formalizado nos órgãos representantes da área (Arquivo Público do Estado, Arquivo Nacional e Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal - SIGA, Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ e Sistema Nacional de Arquivos - SINAR) como forma de avaliação nos respectivos setores de ouvidoria e seus representantes.

Ao analisar as pautas destacadas serão formalizadas apenas se houver uma necessidade e movimentação social para ser repassada ao Estado - Administração pública e seus agentes públicos. A participação e diálogo político fazem-se necessários na medida em que serão encaminhadas para subseqüentes responsáveis, tendo em vista que será avaliado no contexto de Estado e sociedade, levando a causa para discussão no Senado e os respectivos representante da Casa Civil, o que conseqüentemente poderá se contextualizar dentro da formulação da agenda de políticas públicas em arquivos. “Aos

poucos, com o amadurecimento das discussões, vão se formando certas concepções entre os membros do governo, os parlamentares e outros atores”. (RUA, 2012, p.17)

Mais uma vez enfatiza Jardim (2009) que “não existe um modelo ideal de PPA nem tampouco esta tem como pré-requisito a condição de excelência das instituições envolvidas”. É preciso estar ciente da complexidade na elaboração de políticas públicas em arquivos. Reafirma-se também que as etapas sequenciais até a formulação da agenda é um longo caminho a ser percorrido, pois recorre a um diálogo exaustivo e por fim, à concordância entre todos envolvidos para termos resultados na implementação das políticas públicas.

4.3 CONTRIBUIÇÕES DOS USUÁRIOS NO RECONHECIMENTO DAS LACUNAS NOS ARQUIVOS PARA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS

Adentra em uma seara do conhecimento onde compreende a dimensão da contribuição dos atores sociais dos arquivos, pois são a partir deles que repensamos e adequamos a realidade das políticas públicas para aperfeiçoamento e melhorias futuras.

Portanto, na teoria arquivística, pela ótica da atualidade, os usuários de arquivo são ativos nas unidades de informações, assim, aplicamos esta discussão teórica arquivística na perspectiva do paradigma pós-custodial para dimensionarmos as interferências dos usuários no reconhecimento das lacunas.

Tendo como base Sousa (2006, p. 3), expõe-se que “em uma sociedade verdadeiramente democrática, a sociedade civil participa ativamente na definição e, principalmente, no acompanhamento da implementação de políticas públicas”. Com isso, percebe-se que a relevância dos usuários de arquivos nas unidades de informações ultrapassa o campo de definição de usuário apenas como utilizador da informação, mas sim, como participante essencial para cooperar nas omissões existentes e pontuar os interesses para avançarmos na construção das políticas públicas nos arquivos.

Nesse sentido, cabe enfatizar que vislumbrando a coletividade de interesses, as políticas públicas configuram-se como instrumentos de alcance dos objetivos comuns. Além de pensar inteiramente na coletividade, as PPA's devem ser estratégicas, pois envolvem muitos contribuintes, como o cidadão comum, o suporte da administração pública, do desenvolvimento científico-técnico em relação ao acesso à informação na memória e sob as ações exercidas pelas instituições no desenvolvimento de políticas.

Sendo assim, “toda política pública é um instrumento de planejamento, racionalização e **participação popular**”. (SOUSA, 2006, p. 6, grifo nosso) Essa estratégia diz respeito à visão que o Estado, governo e sociedade têm sobre as unidades de arquivos, pois quanto maior o conhecimento, maior será o interesse e contribuição no agir socialmente. A partir disso, questionamos, “como são visualizados os arquivos e os arquivistas pela sociedade brasileira? Quais as ações desenvolvidas pelos arquivos públicos, associações profissionais e universidades para ampliar a percepção social dos arquivos, da Arquivologia e dos arquivistas?”. (JARDIM, 2009, p.13)

O papel dos usuários de arquivos é indispensável nas unidades informacionais, pois são sujeitos democraticamente e necessariamente participantes nas áreas de conhecimento Arquivístico e da Administração Pública, corroborando a um valor social. Como afirma Jardim (2009, *grifo nosso*), “os representantes **dos diversos tipos de usuários dos arquivos asseguram uma participação menos hierárquica** para contribuir nas PPA’s”. Dessa forma, deve-se possibilitar maior destaque para eles, desde a identificação da lacuna até a busca, acesso e uso.

Esta informalidade atribuída aos usuários mediante as fases de formulação, implantação e avaliação voltadas às políticas públicas arquivísticas tem ação participativa dos usuários internos e externos, sendo realizada no momento da busca informacional. A partir dessa fase de trajeto informacional, poderá ser repassada aos responsáveis das unidades informacionais.

A explicação da necessidade no momento da busca é o ponto chave para identificação das lacunas, ou seja, para Cavalcante et. al, (2017, p. 6), “a metodologia de recuperação a ser adotada deve atender às necessidades informacionais do público que a utiliza, e é nesse sentido que se fazem necessários os estudos de usuários da informação”, o que, conseqüentemente oferecerá a contribuição nas políticas em arquivos, pois com base nas problemáticas pontuadas pelos usuários dentro do arquivo e como experiência deste acesso informacional, nivelam-se as dificuldades que deverão ser discutidas e postas em pautas para implementação das políticas públicas.

Na perspectiva de Sousa (2006), em termos de entendimento do fenômeno informacional, os usuários são tidos como passivos, ou seja, apenas recebem informações por sistema. Neste ponto, se faz necessário transcender às múltiplas contribuições que eles poderão oferecer, inclusive à distinção de acordo com a diversificação dos tipos de usuários~; perceber, através de seus comportamentos informacionais refletidos na cognição, como um indício de outras necessidades nas quais determinarão a observação

de pontos não esperados. No que tange aos usuários internos, os Arquivistas, a perspectiva de identificação é o sentido teórico, por este ser experiente, ter uma recorrência cotidiana sobre as dificuldades da área e autoridade diante da decisão de questionar sobre a lacuna.

Além dos tipos de lacunas que são reconhecidas e que precisam ser destacadas, como políticas públicas arquivísticas, é importante abordar questões como a fiscalização eficaz da estrutura física, a gestão e armazenamento nos arquivos, o acesso e disponibilização, a burocratização na busca informacional e a eliminação documental, são pontos que precisam de formulação para agir diante dessas lacunas existentes.

Neste sentido, além de estar percorrendo o ciclo das políticas públicas, circula-se na cadeia em relação a dois aspectos: primeiro, que se precisa de um maior quantitativo dos usuários para reconhecimento das lacunas existentes; e segundo, que a frequência de uso está determinada apenas por uma questão principal de recorrer aos arquivos, diante da necessidade particularizada - e não por interesses sociais.

Conclui-se com Jardim (2009, p. 15) que a contribuição dos usuários “trata-se de uma demanda política e científica que, exercida pelo Estado e a sociedade civil, pode favorecer e ampliar as experiências brasileiras em termos de políticas públicas arquivísticas”. Logo, é preciso estar consciente das necessidades de políticas públicas em arquivos para tratarmos fundamentalmente como demanda política e científica aprimorada no valor social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas assertivas e contribuições nesta pesquisa, define-se a finalização das discussões em vários momentos. Primeiramente, enfatiza-se a necessidade de ampliação e interesse sobre as políticas nacionais de arquivos, que devem ser revistas e dar-se-á maior aprimoramento e comunicação entre o poder público e democrático social através das instituições e representantes da sociedade e na Arquivologia.

Em segundo, os usuários de arquivos compõem um papel essencial nas unidades de informação, não devem ser omitidos, mas sim, dar voz, pois quanto maior a ação ativa nos arquivos, maior será as percepções acerca das políticas públicas arquivísticas, pois haverá maior geração de conhecimento, reconhecimento das lacunas, possibilidade de mudanças, e por fim, poderá subsidiar nas implementações e formulações no cenário arquivístico das políticas públicas brasileiras.

Por mais óbvio que pareça que os usuários de arquivos são os principais elementos diante desse contexto das políticas públicas de arquivo, na prática, esta realidade muitas vezes é desconsiderada. Dessa forma, é preciso apresentar esta consciência aos gestores e dar abertura a suas considerações diante da contribuição social que o mesmo exerce. Sabendo que as necessidades informacionais são diferenciadas conforme os tipos de usuários, no entanto, as políticas públicas se desenvolvem em conformidade com a realidade do local de fala do usuário.

Em terceiro momento, como vislumbre de chegar até a formulação da agenda, é necessário apoio e divulgação do Estado nesta trajetória, com aplicação de estratégias de marketing para disseminação das unidades de informação. Consequentemente, reitera-se que quando o interesse é da coletividade, torna uma situação social, por isso, desde cedo, carece desse empenho e interação dos agentes públicos e atores sociais perante os serviços informacionais.

Os esforços demonstrados pelos representantes dos órgãos arquivísticos devem ser contínuos, e como resposta precisa-se ampliar o quadro de profissionais especializados na área, qualificar e capacitar os que já estão inseridos no contexto dos órgãos, possibilitar debates e diálogos entre as áreas interdisciplinares, romper barreiras com as limitações diante do contexto político e possibilitar mobilização dos responsáveis sobre a temática, que atualmente ainda são pouco discutidas. Assim, essas ações podem ser decisivas no aprimoramento e implantação das políticas públicas de arquivos.

É esperado que com esta pesquisa, haja aprofundamento na discussão acerca das políticas públicas arquivísticas para o enfoque dos usuários de arquivo, aqueles que são beneficiados e ativos durante o processo de melhoria das unidades de informação. No contexto e contribuição social, esta pesquisa sugere a criação de novos projetos com ligação direta entre o Estado-sociedade, nas formas estratégicas das ações tomadas e pela divulgação necessária como resposta as funções básicas que os arquivos e usuários necessitam.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Valdete Barros; MELLO, Rafael Reis Pereira Bandeira de; SOUZA, Rodrigo Otavio Lopes de; MELO, Silvia Conceição Reis Pereira. Políticas Públicas Arquivísticas: Acesso Sustentável à Informação. **Rev. Simioses**.v.9; n. 1; jan/jun, p. 88-99, 2015. Disponível em: <http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/Semioses/article/download/1981996X.2015v9n1p88/660>> Acesso em: 24 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.** Diário Oficial da república Federativa do Brasil. Brasília, DF, 8 jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L8159.htm> Acesso em: 24 fev. 2019.

_____. Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002. **Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.** Diário Oficial, Brasília, DF, 03 jan. 2002. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm> Acesso em 24 fev. 2019.

BRESSER- PEREIRA, Luiz Carlos. Gestão do Setor Público: Estratégia e estrutura para um novo Estado. **Orgs. Bresser Pereira e Peter Spink. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas: 21-38, 1998. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15891-15892-1-PB.pdf>> Acesso em: 23 fev. 2019.

CALDERON, W. R.; CORNELSEN, J. M.; PAVEZI, N.; LOPES, M. A. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. Relatos de experiências, **Rev. Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p.97-104, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a11v33n3.pdf>> Acesso em: 23 fev. 2019.

CAVALCANTE, L. F. B.; GALO, R. A. C.; VENDRAMINI, V. Estudos de usuários na Arquivologia: Reflexões. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7, 2017, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2017. p. 383-397. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107>> Acesso em: 13 out. 2018.

GARCEZ, Igor José de Jesus; CASTANHO, Denise Molon. **Sistema de Gestão de Documentos e Políticas Públicas Arquivísticas: O caso da Administração Pública Federal.** 2010, 109f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) Universidade Federal de Santa Maria, Cruz Alta- Rio Grande do Sul 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1955/Garcez_Igor_Jose_de_Jesus.pdf?sequence=1> Acesso em: 23 fev. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências técnicas da informação e da documentação.** 2. ed. Brasília: IBICT, p. 481-491. 1994.

IPEA. **Avaliação de políticas públicas: Guia prático de análise ex ante.** Volume 1, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, v. 1 (192 p.), 2018.

JARDIM, José Maria. Políticas Públicas Arquivísticas: Princípios, Atores e Processos. **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 2, p. 7, 2006. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/62325>> Acesso em: 10 ago. 2018.

_____. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo federal. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 42 n. 1, p.35-49, jan./abr., 2013. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1393/1571>> Acesso em: 29 set. 2018.

_____. Diversidade Arquivística e Políticas de Arquivos. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 46-59, abr. 2009. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3312/2422>> Acesso em: 29 set. 2018.

_____. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). In: IX ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. p. 1-17. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/view/3077>> Acesso em: 24 fev. 2019.

MATIAS-PEREIRA, José. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Européia. **Rev. RAP — RIO DE JANEIRO** 42(1): 61-82, jan./ fev. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n1/a04v42n1.pdf>> Acesso em: 23 fev. 2019.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2004.

OLIVEIRA, Rose Tenório de. Políticas Arquivísticas e suas implicações na preservação, no acesso e no uso dos documentos. **Enc. Bibli: Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16nesp1p60/18063>> Acesso em: 23 fev. 2019.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e Prática**. 3. ed. rev. ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 228p.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed.– Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2018.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. 2. ed.reimp. Florianópolis: UFSC, 2012. 128p.

SANZ CASADO, E. **Manual de estudos de usuários**. Madri: FundaciónGerman Sanches Ruipérez; Madrid: Pirémidés, 1994.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Disponível em:
<https://issuu.com/cengagebrasil/docs/politicas_publicas_2ed> Acesso em: 24 fev. 2019.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABARQ/UnB, 2006. Disponível em:
<<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1026>> Acesso em: 12 ago. 2018

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez., 2006. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 29 set. 2018.

TARRAUBELLA MIRABET, Xavier. **Los archives y sus usuarios**. Ponencia presentada em la V Conferencia Europea de Archivos. Barcelona, 27-30 de mayo de 1997.